Por que a criminalização da política interessa às grandes corporações?

28/12/2013

Por Fabiano Santos, na Carta Maior

O equívoco da criminalização da política brasileira, promovida pela cobertura diária da grande imprensa, e direcionada, sobretudo, para lideranças do Partido dos Trabalhadores, não decorre apenas da desinformação e de um possível viés ideológico em favor de oposicionistas ao governo. Decorre principalmente do fato de serem os grandes veículos de comunicação no país, grandes corporações e, como tal, favoráveis a uma agenda de corte liberal, tanto menos redistributivista quanto possível.

Por este motivo, o PT passa a ser o grande inimigo, porque é a mais bem sucedida experiência institucional brasileira de aliar democracia e alocação política, leia-se, através da ação governamental, de bens e valores econômicos e sociais. Ao mesmo tempo, seu relativo sucesso explica resultados de diversas sondagens, segundo as quais a taxa de identificação partidária com o PT, sempre rondando os 25%, é alta, seja em termos internacionais, seja levando-se em consideração a história brasileira.

A presença do tema da corrupção nas eleições e no debate político, neste sentido, é essencial para o campo conservador brasileiro. É imprescindível transmitir a informação de que toda forma de ação governamental é suspeita, por envolver quase que por definição desvio de recursos escassos, extraídos das famílias e das empresas. Trata-se, contudo, de estratégia perigosa, tanto mais perigosa, quanto mais consciente for a respeito de seus possíveis efeitos sobre a natureza democrática do nosso regime. Senão vejamos.

Em linhas gerais, duas correntes antagônicas buscam explicar o comportamento político em sociedades de massas, sociedades que aliam capitalismo e democracia: um primeiro conjunto de autores defende a hipótese de acordo com a qual as decisões a serem tomadas em uma democracia de massa são mais complexas do que a capacidade cognitiva do cidadão comum pode suportar; o segundo grupo é mais otimista quanto à competência política dos eleitores, ao enfatizar o papel que as instituições, como os partidos, cumprem no sentido de auxiliá-los no exercício da racionalidade em momentos de decisão política.

No primeiro caso, os eleitores são representados como seres voláteis, que consomem informação e respondem a ela de maneira afetiva, sem filtros capazes de associar a produção dos dados a seus interesses de mais longo prazo, bem como a relação destes mesmos dados com os temas fundamentais da agenda pública. Esta é a teoria do eleitor impressionista, instável, que encontra dificuldades quase que intransponíveis para exercer graus razoáveis de racionalidade em seu processo decisório. No segundo caso, os eleitores são representados como seres que selecionam as fontes de informação política e são capazes, em determinadas circunstâncias, de fazê-lo de maneira minimamente eficiente – isto é, optando por aquelas ações e decisões que melhor traduzem seus interesses.

Controvérsias à parte, algum consenso entre estas linhas existe quanto ao fato de sermos mais consistentes em nossas decisões quando decidimos em torno de fatores mais estruturais da vida política, tais como partidos, grupos sociais, ideologia e lideranças bem estabelecidas, e menos consistentes quando construímos juízos com base em variáveis mais restritivas e de curto prazo. Por exemplo, nós, cidadãos, seriamos mais ponderados na ocasião em que chamados a escolher representantes e governantes do que quando convocados a decidir sobre questões específicas da agenda pública, como ocorre nas ocasiões de plebiscitos e referendos.

Mas voltemos ao exemplo do partido político. Por que é tão fundamental no regime representativo? Basicamente porque as agremiações partidárias são uma das fontes centrais de estabilização das decisões e identidades políticas dos cidadãos numa democracia. O partido cumpre a relevante função de associar o voto dado pelo eleitor a uma agenda de políticas públicas a ser seguida por um candidato. A informação sintetizada no partido é um dos veículos mediante os quais os eleitores são levados a apoiar os diversos candidatos em pugnas eleitorais.

Quando os partidos parecem falhar, por exemplo, quando suas lideranças são vítimas de uma cobertura monotemática em torno da corrupção, o ambiente das decisões políticas se torna mais errático e os eleitores mais sujeitos a adotar cursos de ação prejudiciais, com base em informações de curto prazo, aí sim impressionistas, em temas específicos, desprovidos de relações mais estruturais com a agenda pública. Por isso, é tão importante preservar os partidos no contexto de uma disputa eleitoral, pois eles estabilizam o processo decisório do cidadão comum, em geral desinteressado em buscar todas as evidências necessárias ao reconhecimento dos mecanismos de causa e efeito característicos do mundo político.

Ora, crises desencadeadas por denúncias de corrupção nada tem a ver com aspectos estruturais da vida política. Aliás, o tema corrupção é apenas um tema, um “tema sujo”, como diriam os teóricos da comunicação política, a partir do qual o eleitor não é capaz de derivar políticas para o país. Em outras palavras, uma campanha eleitoral cujo mote principal é a corrupção assume contorno plebiscitário, em um contexto no qual o eleitor se torna menos ponderado, mais afetivo do que propriamente capaz de associar o posicionamento dos diversos candidatos a questões centrais da agenda. O PT, em coalizão com diversas outras forças, várias das quais conservadoras, tem apresentado suas prioridades aos eleitores.

Inclusão, redução da pobreza e crescimento econômico com forte presença do estado têm sido os fundamentos de sua ação como partido do governo e no poder. Se é importante uma alternativa democrática, esta certamente não se encontra na criminalização da política e do PT, sobretudo, se pensamos em uma alternativa democrática. Boa para gerar crises, e desacreditar governos de perfil mais popular, a criminalização da política é, essencialmente, péssimo meio de pedagogia democrática.

(*) Cientista político, professor e pesquisador do IESP/UERJ

Compartilhe nas redes: